



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 13 DE MARÇO DE 2001

Senhor Vice-Presidente da República, Doutor Marco Maciel; Senhor Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho; Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado e companheiro Aécio Neves; Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Mário Veloso; Senhor Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Roberto Brant; Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, José Jorge de Vasconcelos Lima; Senhores Ministros aqui presentes, tão numerosos; Senhores Governadores – vejo, aqui, os de Pernambuco e do Maranhão, não sei se há outros mais; Senhores Governadores; Senhores Parlamentares, Líderes, Presidentes de partidos; Senhoras e Senhores,

Este ato, que é de rotina da Presidência da República, mas que não deve se repetir a todo instante, porque não se muda ministro a cada momento, tem um significado muito importante, que é o da continuidade do trabalho.

Este governo tem um programa. Este programa foi apoiado pelo povo em eleições sucessivas, por maioria absoluta todas as vezes. Ainda agora, recentemente, tivemos a satisfação de apresentar, aos partidos

que apóiam o Governo, uma agenda que aqui está para o biênio 2001/2002. Essa agenda foi aprovada por todas as comissões executivas dos partidos que apóiam o Governo. Há, portanto, que seguir adiante com os nossos compromissos com o País e com o povo.

Esta agenda já vem sendo executada. Aproveito a oportunidade para agradecer o trabalho dos ministros que hoje são sucedidos. Tanto o Ministro Waldeck Ornélas quanto o Ministro Rodolpho Tourinho cumpriram a agenda que havia sido determinada por mim e que tem a sanção do país, o apoio do país. E cumpriram com correção. Agora, cabe continuar e dar mais ímpeto.

A razão efetiva de nós termos apresentado, uma vez mais, aos partidos que nos apóiam, o nosso programa para esse biênio, que é o biênio final do meu mandato, é para dizer que não vamos nos conformar com o que já fizemos. Nós vamos avançar e avançar muito mais na direção de fortalecer a democracia, na direção de tornar este país num país apto para os desafios do século que está se iniciando. E um país apto para esses desafios não há de ser apenas um país que tem uma economia em condições de avançar. Tenho até a satisfação de registrar o que acabei de ver esta manhã, que nós batemos novos recordes de crescimento industrial em janeiro. O Brasil está num caminho de desenvolvimento como há muito tempo não tinha.

Mas o caminho não é apenas esse. Para que possamos enfrentar os desafios do século presente, temos que seguir adiante, também, nos programas de fortalecimento da educação, da ciência e tecnologia, da melhoria das condições de vida concreta do nosso povo, gerando mais emprego, que é como estamos fazendo, treinando melhor os nossos empresários e a nossa força de trabalho. Enfim, preparando-nos efetivamente para que possamos ser um país à altura do seu povo e daquilo que se apresenta como as possibilidades deste novo século. É um século que, não tenhamos dúvida, veio marcado pelo selo do desenvolvimento tecnológico e da mudança rápida de tecnologias, que têm efeitos imediatos nas relações sociais e, também, na capacidade produtiva dos povos. Ou o Estado brasileiro se torna um Estado mais competente, mais apto para responder a esses desafios ou ele vai ser um Estado incapaz de atender àquilo que o povo espera dele.

A discussão que houve, em certo momento, sobre se o Estado deveria ser grande ou pequeno, é de balde, é inútil. O Estado tem que ser é competente, do tamanho que seja necessário para ser competente, e tem que ser transparente. Não por acaso, estamos fazendo um enorme esforço. E aí está o Ministro Pedro Parente à frente de um processo, importantíssimo, de fazer com que as tecnologias permitam à cidadania o acesso imediato às decisões do Governo, às informações sobre os serviços que o Governo pode prestar, a uma reação imediata de cada cidadão a tudo o que ocorre. É o caminho a ser percorrido.

Ministro Carlos Velloso, na área eleitoral, este país fez uma revolução. E eu me recordo de que Vossa Excelência quantas vezes conversou comigo, quando ainda era Presidente do Superior Tribunal Eleitoral, para que nós pudéssemos avançar nesse caminho. Isso foi seguido por todos os Ministros do Tribunal Superior Eleitoral.

E eu disse sempre: eu darei os meios. Dei os meios. Dei, não, o Congresso os deu. Pedi que o Congresso desse os meios. Hoje, o Brasil tem um exemplo de democracia transparente. Por quê? Porque foi capaz de fazer com que a informatização permita o voto rápido, claro, direto e sem contestação. Pois bem, é o que estamos fazendo a cada dia, anonimamente, no trabalho em cada ministério e no trabalho no Governo central, de transformar a transparência não numa palavra, mas num processo. E um processo embasado num procedimento tecnológico e na acessibilidade desse procedimento à imensa maioria dos cidadãos.

Há, portanto, muito mais o que fazer e nós vamos fazer. Vamos implementar essa agenda do biênio com mais energia do que nunca. E é para isso, Senhores Ministros, que os Senhores foram chamados.

Eu pediria que houvesse um pouquinho de silêncio àqueles que não podem participar diretamente da cerimônia, mas que podem, se ficarem em silêncio, ouvir o que se está dizendo aqui.

O Ministro Roberto Brant vai ter a possibilidade, agora, de levar à prática um conjunto de projetos que ele próprio relatou na Câmara Federal. Está absolutamente à vontade. Quando ele diz que sabe da importância de que os inativos também contribuam para a Previdê-

cia, é porque ele sabe mesmo. E porque os governadores me pediram inúmeras vezes que assim fosse.

Saberemos o momento oportuno em que o País esteja esclarecido sobre as razões dessa matéria. E também sobre o peso específico que cada um terá de fazer para que não venhamos a incorrer no engano de fazer com que se pague além do razoável.

Caberá ao Ministro, que tem competência para tanto, não apenas esse debate. Esse é o debate, digamos assim, um pouco à margem do grande debate. O grande debate é tornar acessível o benefício da Previdência a 40 milhões de brasileiros do setor privado, que não estão ainda cobertos pela Previdência Social, porque estão ainda no chamado sistema informal. Passos importantes foram dados já nessa direção. O Ministro Waldeck Ornelas se empenhou. Ampliamos a cobertura, sobretudo para o caso das mulheres, no que diz respeito ao benefício da maternidade, do salário-maternidade.

Outros passos terão que ser dados também no que diz respeito ao financiamento da Previdência Rural. Já há matéria no Congresso sobre isso, de tal forma que a contribuição dos empresários possa ser mais adequada ao financiamento da Previdência Rural. Há três projetos de suma importância, que estão aqui neste “livrinho”. Diziam que o General Eurico Dutra, quando foi Presidente, tinha a Constituição nas mãos. Este é o “livrinho” que nós temos. Ele está, todo ele, inspirado pela Constituição. Mas está inspirado também pela urgência do nosso país, de avançar em certos pontos. E um deles é o da Previdência Social.

Devo dizer que, sob a condução do Ministro Ornelas, foi possível dar um passo muito importante, que foi o passo do fator previdenciário. Eu já vi estudos feitos por órgãos internacionais, mostrando que a Previdência brasileira, no que diz respeito ao setor privado, ao longo do tempo, está se resolvendo. É uma questão agora de aprovarmos as leis complementares que estão no Congresso e, sobretudo, enfrentarmos a questão da Previdência no setor estatal. Esse, sim, até hoje, não foi ainda equacionado de uma maneira conveniente, o Brasil tem de pagar um peso imenso pela inexistência de forma de contribuição que assegure uma certa autonomia ao sistema previdenciário.

É essa a sua tarefa, Ministro. Tenho confiança nas suas qualidades intelectuais, nas suas qualidades pessoais, na convicção, na capacidade de esclarecer o País e o Congresso Nacional, para que nós possamos cumprir o que está aqui determinado.

Da mesma maneira, dirijo-me ao Ministro José Jorge, que parece que tem um pacto com Deus, porque depois que foi designado para ser Ministro, começou a chover em Minas Gerais. E a chuva em Minas Gerais era essencial, é essencial, para que possamos não ter agruras na questão da produção de energia. Caberá ao Ministro José Jorge enfrentar também questões extremamente complexas no que diz respeito, sobretudo, à questão de hidreletricidade e da termoelectricidade. Ele é engenheiro, é senador, tem experiência administrativa, tem as condições para avançar nessa matéria.

Nós produzimos uma série de transformações na área de energia. Na área de petróleo, sabidamente, o Brasil deu um salto. Um salto importantíssimo, que se deveu ao Congresso Nacional que aprovou, em 95, proposta que enviei para fazer o que se chamava, então, de flexibilização do monopólio do petróleo. Graças a isso, graças à introdução da competição, graças à libertação da Petrobras de peias que a atavam a uma máquina burocrática estatal, que não permitia, por regras que existiam, o seu funcionamento como uma empresa de mercado, houve uma transformação extraordinária na questão do petróleo.

Temos recursos assegurados para que, nos próximos anos, possamos atingir 1 milhão e 700 mil, 1 milhão e 800 mil barris diários, 1 milhão e 900 mil barris diários. Temos recursos assegurados para isso. Como nós temos certeza de que, com a continuidade das pesquisas que estão sendo feitas, em que se descobrem a cada dia maiores reservas, nós não podemos mais imaginar que é apenas uma ilusão pensar que, um dia, o Brasil vai exportar petróleo.

Falava-se muito, no passado, da auto-suficiência. Hoje, estamos às portas da auto-suficiência. O Brasil produz hoje, mais ou menos, 1 milhão e 500 mil barris de petróleo por dia. E consome mais do que isso. Deve consumir 1 milhão e 700 mil, 1 milhão e 800 mil por dia. A Venezuela é um grande produtor de petróleo. Produz 3 milhões de

barris por dia. Menciono o dado para que se compare e para que se veja o quanto o Brasil já tem hoje uma participação ativa na produção de petróleo. Mas não é só isso.

Na questão do gás, houve enormes avanços, não apenas com gasodutos que fizemos, ligando o gás da Bolívia ao do Brasil, ligando o gás da Argentina com o Brasil. Também descobrimos importantes jazidas de gás no Brasil. Hoje, nós estamos em condições de aproveitar muito mais o gás como fonte de energia e, portanto, de alterar a nossa matriz energética de tal modo que ela se diversifique consideravelmente.

Esses passos, Ministro, terão que ser acompanhados e teremos que avançar nessa matéria. Temos programações de investimento que devem ser da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares por ano para os próximos dez anos. E a oferta de emprego crescerá enormemente. O Rio de Janeiro é a primeira cidade do Brasil que já sente os benefícios disso. Não por acaso, as taxas de desemprego no Rio de Janeiro são as mais baixas do Brasil.

Estão em cerca de 5%, próximas, portanto, das taxas americanas e muitíssimo mais baixas do que as taxas européias. Hoje, além disso, por causa da introdução do pagamento dos *royalties*, muitas cidades no Rio, inclusive o Rio de Janeiro, se beneficiaram, ano passado, com 1 bilhão de reais, de transferência direta de recursos para as finalidades que o Governo assim desejar. Esses recursos eram, em 95, de 22 milhões. Saltaram de 22 milhões para 1 bilhão de reais.

Ministro, há todo um campo a avançar, mas há um campo também muito importante a ser trabalhado, no que diz respeito à energia hidrelétrica e à termoelectricidade. O Ministro Tourinho se esforçou enormemente, sobretudo no campo da termoelectricidade, para fazer face aos desafios do futuro. As taxas de crescimento do Brasil hoje são consistentes. Seguramente, ao dizer, como disse aqui, e hoje se vê, que o resultado da indústria brasileira está sendo bastante expressivo, isso significa que nós temos que aumentar, e muito, a oferta de energia.

Não há, portanto, que responsabilizar este ou aquele por existir ainda a preocupação com o crescimento da energia, mas há que enfrentar o problema. Há que equacionar de uma maneira clara as regras que vão permitir que o sistema energético brasileiro busque o investimento pri-

vado e que dê ao investimento as condições de estabilidade jurídica necessária para que nós possamos, efetivamente, avançar na questão da hidreletricidade e da termoelétricidade. E para que se resolva de uma maneira consistente a questão do preço do insumo básico das termoelétricas, que é o gás. E para que se possa compreender que deve haver um processo de oferta de energia que independa das chuvas. O Brasil viveu a vida inteira na dependência de chuva, e um país que tem o parque industrial brasileiro não pode se conformar com isso. Precisamos ter a complementaridade da hidreletricidade através da termoelétricidade. Mas a termoelétricidade não substitui a hidreletricidade. E, muito menos ainda, a eletricidade nuclear que, no Brasil, é residual para o nosso sistema.

Há, portanto, aí, Ministro José Jorge, problemas difíceis de serem abordados, problemas-macro. São problemas que vão requerer uma atividade muito permanente e muito determinada por parte do governo federal.

Eu disse outro dia – está aqui nesta agenda – que nós vamos levar adiante o processo de privatização. Não porque isso seja um capricho político, mas porque é uma necessidade para que o Brasil tenha um horizonte de investimento e, portanto, de oferta de energia. E que seja satisfatória para que nós possamos continuar no nosso desenvolvimento econômico e para que nós possamos levar adiante os nossos programas sociais, como o Luz no Campo. Nós vamos precisar avançar. Avançaremos.

Mencionei que através do mecanismo da pulverização de ações, que nos parece hoje possível, vamos avançar na questão de Furnas. Digo hoje possível, por quê? Porque hoje o Brasil conseguiu avançar no seu regime fiscal, no seu sistema monetário e no seu regime cambial, de tal maneira que não estamos dependentes da entrada de moeda forte, que era a preocupação quase obsessiva do começo dos anos 90, até 97.

Hoje, não. Hoje, nós temos um horizonte distinto e podemos buscar formas de privatização, que não tenham como pressuposto a necessidade da entrada de capital de fora. É possível, portanto, ativar a bolsa brasileira sem repelir o capital de fora, naturalmente, mas dando mais margem a que haja uma mobilização dos capitais domésticos, inclusive da pequena poupança, para realização desses grandes investimentos.

Nós o faremos, Ministro José Jorge. Faremos com determinação. Com determinação que está embasada não apenas no apoio popular, como disse aqui, mas na convicção de que estamos olhando o justo, o necessário, olhando não o Brasil de hoje, mas o Brasil do futuro. Porque quem olhar apenas o Brasil de hoje, pagará, fará com que o Brasil pague alto preço no futuro. E a despeito das dificuldades que possam ocorrer, nunca esperarão de mim um gesto pequeno, um gesto que vise apenas ao imediato. Estarei sempre pronto a ajudá-los, Ministros, para que possamos ter horizonte, e para que tomemos as decisões importantes, para que possamos, efetivamente, avançar de uma maneira consequente.

Quero terminar reiterando a minha absoluta convicção e confiança não apenas na lealdade, que é pressuposto, mas na capacidade dos ministros em levarmos adiante este programa. Mas quero terminar, também, agradecendo a cooperação de todos os poderes da União. Ao Ministro Carlos Velloso, ao Supremo Tribunal Federal e, por seu intermédio, ao Judiciário, pela cooperação que tem prestado no sentido mais correto, tomando decisões que eu acato. Aos Presidentes do Senado e da Câmara Federal, porque foram os deputados e os senadores que viabilizaram, no decorrer desses anos, o avanço que nós estamos tendo.

Agora cabe, principalmente aos chefes de poderes, juntamente com os líderes, aos líderes do governo que aqui estão, aos líderes dos partidos que aqui estão, definirmos uma agenda de trabalho. O País espera de nós trabalho, o País cansou de palavras, o País quer ver ação – e eu também.

Tenho certeza de que as nomeações que foram feitas para esses ministérios, com o espírito, direi também, de olhar o futuro, sem preocupações menores, vão na direção de fortalecer esse caminho de trabalho e a realização daquilo que é o meu compromisso. Nós vamos, juntos, e juntos é com todos os poderes, com a base partidária. E sempre faço o apelo à oposição para que pense mais no Brasil do que em interesses menores. Mas sobretudo com o trabalho cotidiano dos ministros, vamos levar adiante esse plano de trabalho, que é um plano que vai garantir um futuro melhor para todos os brasileiros e brasileiras.

Muito obrigado.